

José  
Ally

Mário

Ally

Ally



**RELATÓRIO**

**DE**

**GESTÃO**

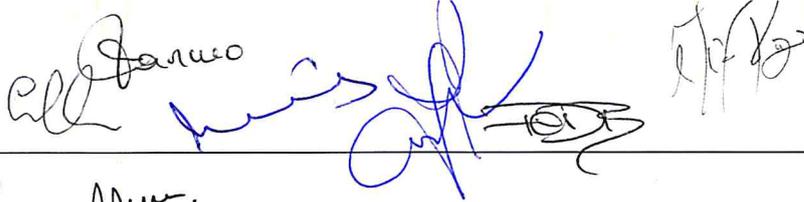
***PRESTAÇÃO DE CONTAS***

**ANO - 2015**

*[Handwritten signatures in blue ink]*

**INDICE**

Introdução .....	3
Órgãos do Município .....	5
Assembleia Municipal de Tondela – Órgão deliberativo .....	5
Câmara Municipal de Tondela – órgão executivo .....	6
Participações do Município de Tondela .....	9
Participações Societárias em 31 de dezembro de 2015 .....	9
Outras Participações em 31 de dezembro de 2015 – Não Societárias .....	10
Estrutura Orgânica do Município .....	11
Recursos Humanos .....	14
Análise Orçamental .....	16
Comparação entre Orçamento Inicial, Final e Executado .....	16
Princípio do equilíbrio .....	19
Execução da receita .....	22
Execução da despesa .....	24
Execução das GOP's – Grandes Opções do Plano .....	26
Análise Patrimonial .....	32
Balanço .....	32
Demonstração de Resultados .....	37
Fluxos de Caixa .....	38
Limites Legais para o Ano de 2015 .....	40
Limites da dívida total .....	40
Pagamentos em atraso .....	41
Compromissos futuros .....	42
Aplicação da variação da receita de IMI na redução do endividamento .....	43
Considerações Finais .....	44
Proposta de Aplicação de Resultados .....	45



## INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão de 2015 do Município de Tondela foi elaborado em conformidade com as normas técnicas estabelecidas no ponto 13 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL)<sup>1</sup>, em respeito pelas disposições consagradas na Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro (RFALEI)<sup>2</sup> e, ainda, em observância das instruções do Tribunal de Contas para a organização e documentação das contas das autarquias locais, aprovadas pela Resolução n.º 4/2001, com as alterações introduzidas pela Resolução n.º 26/2013, publicadas no Diário da República 2ª série, N.º 226, de 21 de novembro de 2013, bem como pela Resolução n.º 44/2015, publicada no Diário da República 2ª série, N.º 231, de 25 de novembro de 2015

O presente Relatório espelha, de forma transparente, clara e detalhada, a situação económica, orçamental, patrimonial e financeira do Município de Tondela, ao mesmo tempo que salienta as atividades/investimentos mais relevantes desenvolvidos ao longo do exercício económico de 2015, em resultado das opções estratégicas e políticas delineadas pelo executivo.

Na metodologia adotada, e procurando auxiliar uma leitura mais precisa e objetiva, sempre que se considerou relevante, foram elaborados quadros e gráficos por forma a ilustrar os dados referentes à execução do ano, bem como, utilizados elementos que caracterizam o grau de execução dos anos anteriores, para melhor enquadramento e comparação das variáveis mais significativas da gestão municipal.

O ano 2015 foi marcado por um ciclo de lenta recuperação da economia, sendo notórias as consequências dos anos de ajustamento estrutural, e das inerentes restrições económicas e financeiras, que afetaram muitos sectores da economia,

---

<sup>1</sup> Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de setembro, Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de dezembro, Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de abril e Lei n.º 60-A/2005, de 30 de dezembro.

<sup>2</sup> Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais

Alex.

com especial incidência na área da construção civil e da reabilitação urbana, cuja estagnação se tem vindo a verificar nos últimos anos.

Também no domínio da atração de investimento, após os sinais que apontavam para um ciclo de melhoria na confiança e na credibilidade externa, o último trimestre levou a que essas expectativas tenham afrouxado, o que também atenuou os índices de exportações e de crescimento.

Naturalmente, foi necessário um forte esforço do Município para que, os constantes constrangimentos e restrições não tenham tido impactos ainda mais significativos nas famílias mais vulneráveis ou com escassos recursos. As políticas sociais do Município, nomeadamente no apoio à componente socioeducativa, na rede de transportes e nos serviços de refeições, apresentaram-se como um referencial basilar para atenuar desigualdades, fomentando a igualdade de oportunidades junto dos nossos jovens e crianças.

Tais preocupações e a atenção redobrada com a economia local e com as redes de proximidade e de solidariedade, a par da permanente interação com os agentes e instituições do nosso território, muito contribuíram para a necessária coesão territorial e social.

A par destas constatações e realidades, neste ano não se concretizaram as oportunidades inerentes ao Acordo de Parceria "Portugal 2020", e dos seus diferentes Programas Operacionais temáticos ou do Centro 2020, apesar do incomensurável investimento na consolidação dos instrumentos estratégicos dos deferentes pactos territoriais e das negociações em sede das instâncias supramunicipais, donde resultaram projetos que convergem para os objetivos do citado Acordo de Parceria.

Importa, mais uma vez, referir que já não haverá financiamento para infraestruturas viárias, pelo que nos focámos na necessidade de se desenharem novos modelos de desenvolvimento.

Este novo paradigma arrastará implicações óbvias na definição das políticas territoriais.

É neste contexto que se identificam pilares estruturais no continuado investimento para reforçar a atratividade regional, para fortalecer o empreendedorismo, para potenciar os recursos endógenos e para valorizar a capacidade criativa do território.

A par desta visão, este ano permitiu desenvolver importantes projetos, para os quais esperamos os necessários financiamentos, quer no domínio do ambiente e da proteção dos recursos, quer na área do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano - PEDU.

Merece referência, também, atendendo às crescentes responsabilidades que a história nos colocou, a imperiosa opção de se terem apoiado projetos donde resultou a satisfação do interesse público, potenciando oportunidade de alavancar a projeção regional e nacional do nosso concelho.

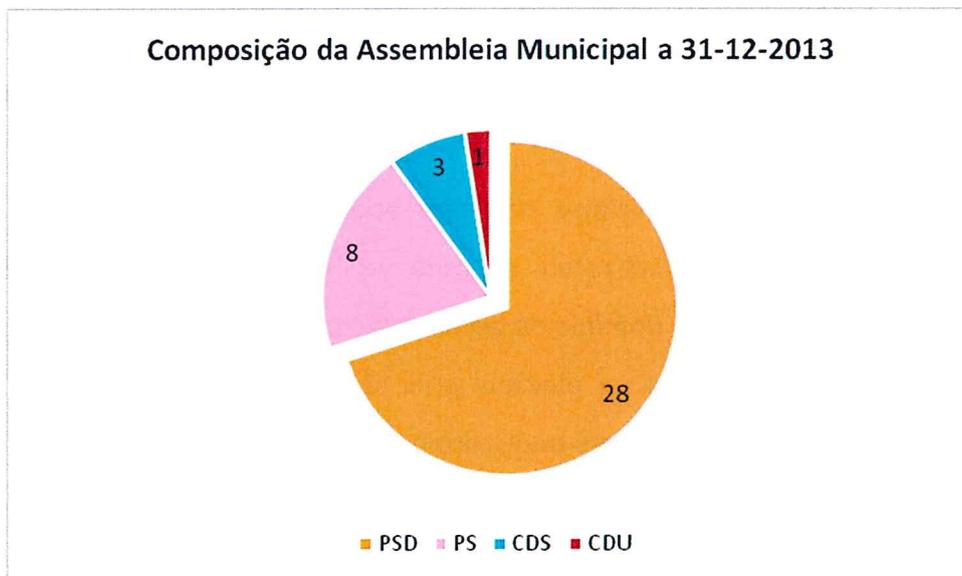
Por fim, uma justa referência ao cumprimento das permanentes obrigações legais que impendem sobre o Município, consagradas nos normativos das competências das autarquias locais, a par das decorrentes da Lei do Orçamento do Estado, e a obrigação de reportar a avaliação dos diferentes indicadores financeiros e de gestão.

Por imposição legal, os municípios não têm podido recorrer à contratação de recursos humanos para satisfazerem as cada vez mais elevadas complexidades técnicas, nomeadamente no domínio da gestão, da contratação e das finanças, o que ainda mais releva e espelha o elevado grau de responsabilidade dos nossos diferentes colaboradores, facto que muito nos honra.

## ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO

### Assembleia Municipal de Tondela – órgão deliberativo

De acordo com o exposto na Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Tondela é constituída por quarenta membros, que tomaram posse no dia catorze de outubro de 2013. Vinte e um cidadãos diretamente eleitos por escrutínio secreto e universal do colégio eleitoral do concelho e dezanove cidadãos que encabeçaram as listas mais votadas na eleição para as assembleias de freguesia e assembleias de uniões de freguesia.



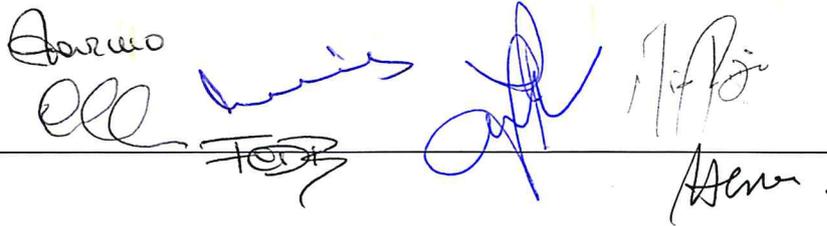
#### Mesa da assembleia municipal:

Presidente: Carlos Manuel Cortez Henriques da Cunha

1º Secretário: José António Oliveira Dias

2º Secretário: Sandra Patrícia Almiro Coimbra

A assembleia municipal de Tondela, no ano de 2015, realizou cinco sessões ordinárias a: vinte e sete de fevereiro, trinta de abril, oito de junho, vinte e um de setembro e dezasseis de novembro e uma sessão extraordinária a vinte e nove de junho.



Os membros da Assembleia Municipal, em representação do órgão, participam em reuniões de diversos Organismos:

- Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Dão Lafões
- Conselho Nacional da Associação Nacional de Municípios Portugueses
- Conselho Municipal de Educação
- Comissão Alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco
- Núcleo Local de Inserção
- Assembleia Distrital de Viseu
- Comissão Municipal de Defesa da Floresta e Fogos Florestais
- Conselho Cinegético
- ACES Viseu Dão Lafões

### **Câmara Municipal de Tondela – órgão executivo**

De acordo com o estipulado na Lei nº 169/99 de 18 de setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de janeiro, o órgão executivo do concelho de Tondela é composto pelo presidente e seis vereadores, visto nas eleições autárquicas de 30 de setembro de 2013, o concelho ter 29.771 eleitores.

Durante o ano de 2015, a Câmara Municipal realizou vinte e quatro reuniões ordinárias e sete reuniões extraordinárias

### Executivo Municipal e Distribuição de Pelouros

**José António Gomes de Jesus  
Presidente**

- Gestão financeira
- Obras publicas
- Educação
- Ambiente e saneamento básico
- Relações institucionais e cooperação externa

**Luis Miguel Saraiva Rodrigues  
Vice-Presidente**

**Carla Fátima Dias Antunes  
Carmona Pires  
Vereadora**

**Pedro Luís de Jesus Ferreira  
Adão  
Vereador**

- Recursos Humanos
- Administração geral
- Defesa de consumidor
- Serviços Higiene-sanitário
- Inventário e património
- Modernização administrativa
- Cemitério
- Fiscalização Municipal
- Feira
- Desporto

- Proteção civil
- Segurança e mobilidade
- Floresta
- Ação social e habitação
- Estaleiro municipal e espaços verdes
- Iluminação pública
- Apoio às Juntas de Freguesia

- Urbanismo, planeamento e obras particulares
- Agricultura e desenvolvimento rural
- Mercado municipal
- Indústria, comércio e serviços
- Desenvolvimento económico
- Empreendedorismo
- Cultura
- Turismo e juventude

### Vereadores sem Pelouros Atribuídos

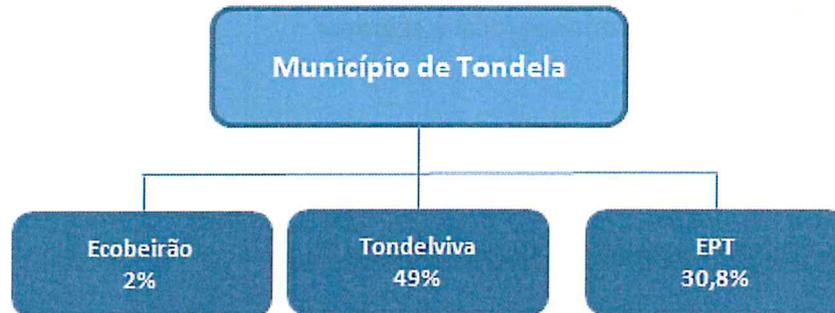
**Cílio Pereira Correia  
Vereador**

**Maria Otilia Gomes Carmo  
Barata  
Vereadora**

**José Carlos Henriques Vieira  
Coimbra  
Vereador**

## PARTICIPAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TONDELA

### Participações Societárias em 31 de dezembro de 2015

#### Ecobeirão – Sociedade de Tratamento de Resíduos Sólidos Planalto Beirão, S.A.

A ECOBEIRÃO tem como missão a promoção dos interesses dos seus associados na criação de um Sistema Integrado de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos, que permita encontrar soluções de valorização e tratamento dos mesmos, com vista à proteção do Ambiente e à preservação da beleza da região, bem como o seu desenvolvimento estratégico e o domínio da investigação de recursos que potenciem o país como território de desenvolvimento económico e cultural.

#### Tondelviva – Investimentos Urbanos, S.A.

Sediada na cidade de Tondela, esta sociedade tem como propósito a criação, desenvolvimento, construção, gestão e exploração de áreas de desenvolvimento urbano de construção prioritária, de infraestruturas rodoviárias, desportivas, educativas, culturais e de lazer, de áreas de localização empresarial, parques industriais, parques de negócios, tecnopolos de requalificação urbana, comercial e ambiental.

Atualmente, após a concretização, em anos anteriores, de projetos e investimentos de onde resultaram contratos de sublocação financeira com o Município, esta entidade tem a sua atividade centrada no plano de pagamentos inerente aos compromissos assumidos.

#### EPT - Escola Profissional de Tondela, CIPRL

É atribuição da Cooperativa Escola Profissional de Tondela contribuir, numa visão abrangente, para a formação integral dos jovens e dos quadros ativos, preparando-os para um exercício profissional adequado, desenvolvendo os mecanismos

necessários de aproximação entre a escola e o mundo do trabalho, promovendo também, em conjunto com outros agentes e instituições locais, a concretização de projetos de formação de recursos humanos qualificados que respondam às necessidades do desenvolvimento local e regional.

### **Outras Participações em 31 de dezembro de 2015 – Não Societárias**

#### ANMP - Associação Nacional Municípios Portugueses

A ANMP tem como fim geral a promoção, defesa, dignificação e representação do poder local, em especial a defesa dos municípios e das freguesias perante os órgãos de soberania, a realização de estudos e projetos sobre assuntos relevantes do poder local, a criação e manutenção de serviços de consultadoria e assessoria técnico-jurídica destinada aos seus membros e desenvolvimento de ações de informação dos eleitos locais e de formação e aperfeiçoamento profissional do pessoal da administração local.

#### AMRPB - Associação Municípios Região Planalto Beirão

Abrangendo atualmente dezanove municípios, a Associação articula os investimentos municipais de interesse intermunicipal e a coordenação das atuações entre municípios e os serviços da administração central e o planeamento das atuações de entidades públicas de carácter supra municipal, na área das redes de abastecimento público, infraestruturas de saneamento básico, tratamento de águas residuais e de resíduos urbanos, permitindo encontrar soluções de valorização e tratamento dos mesmos, com vista à proteção do Ambiente e à preservação da beleza da região.

#### CIMVDL - Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

Constituída por 14 municípios, a CIMVDL visa a promoção do planeamento e da gestão estratégica de desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido pela comunidade, a articulação dos investimentos municipais de interesse intermunicipal, a participação na contratualização e gestão de programas de apoio

ao desenvolvimento regional no âmbito do QREN/ Portugal 2020 e o planeamento das atuações de entidades públicas de caráter supramunicipal.

#### CESAB - Centro de Serviços do Ambiente – CESAB

Criada em 1992 com o objetivo de prestar apoio técnico e científico ao desenvolvimento de ações de proteção ambiental, nomeadamente à exploração de sistemas de saneamento básico, ao controlo de águas, quer para abastecimento, quer de águas residuais e ainda de investigação científica e tecnológica na área dos tratamentos de águas.

#### ADICES – Associação de Desenvolvimento Local

A ADICES é uma entidade privada sem fins lucrativos que tem por objeto “promover o desenvolvimento local e regional integrado através da dinamização sociocultural e económica e da promoção de iniciativas nas áreas dos recursos humanos, da formação, do ambiente, da igualdade de oportunidades e do género, do turismo e do património, da cultura e do apoio às atividades produtivas”. A Associação promove também os estudos, a investigação, a cooperação e a atuação no âmbito do desenvolvimento local e regional em articulação com outras entidades públicas e privadas que prossigam os mesmos fins.

#### TCP - Turismo Centro Portugal

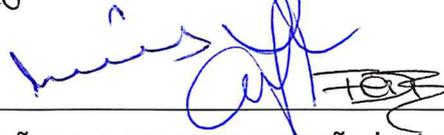
Este organismo público privilegia principalmente a valorização turística do território, visando o aproveitamento sustentado dos recursos turísticos, da promoção turística, do estabelecimento de parcerias, da instalação, exploração e funcionamento da oferta turística e da formação e certificação profissional, no quadro das orientações e diretrizes da política de turismo definida pelo Governo e nos planos plurianuais das administrações central e local.

#### Associação das Termas de Portugal

Constituída a 16 de Dezembro de 1996 e com um universo de 38 associados, tem como objetivo o estudo e desenvolvimento dos interesses relativos ao termalismo e às estâncias termais, a prática e a promoção de tudo o que possa contribuir para o progresso técnico, económico ou social. Nomeadamente pretende valorizar, a nível nacional, a projeção socioeconómica dos sectores nela integrados, unir todos os associados com vista à defesa dos seus legítimos interesses e ao exercício comum

Jarmo

All



---

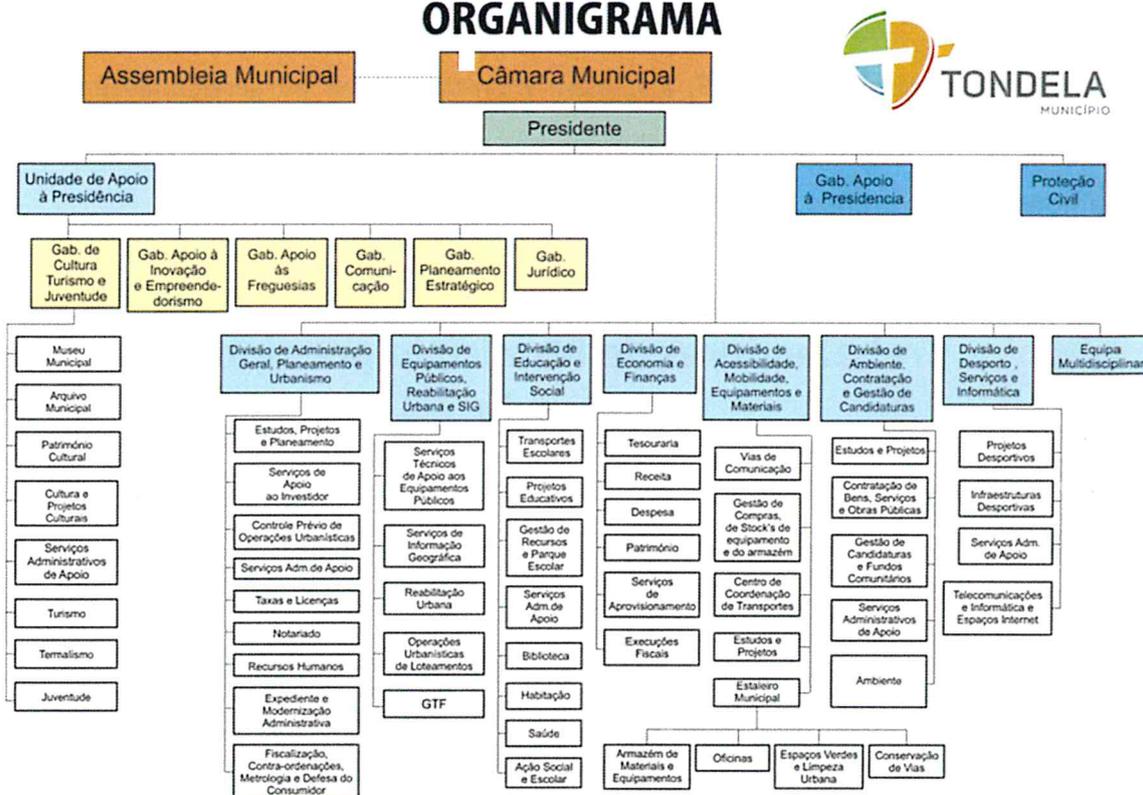
dos seus direitos e obrigações e a sua representação junto das entidades públicas e privadas bem como de organizações patronais e de trabalhadores.



## ESTRUTURA ORGÂNICA DO MUNICÍPIO

De acordo com o estipulado na Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, a Assembleia Municipal do Município de Tondela, na sessão ordinária de vinte e sete de fevereiro, aprovou, sob proposta da Câmara Municipal, que aprovou em reunião ordinária de vinte e quatro de fevereiro de dois mil e quinze, a reorganização dos serviços municipais do Município de Tondela.

## ORGANIGRAMA



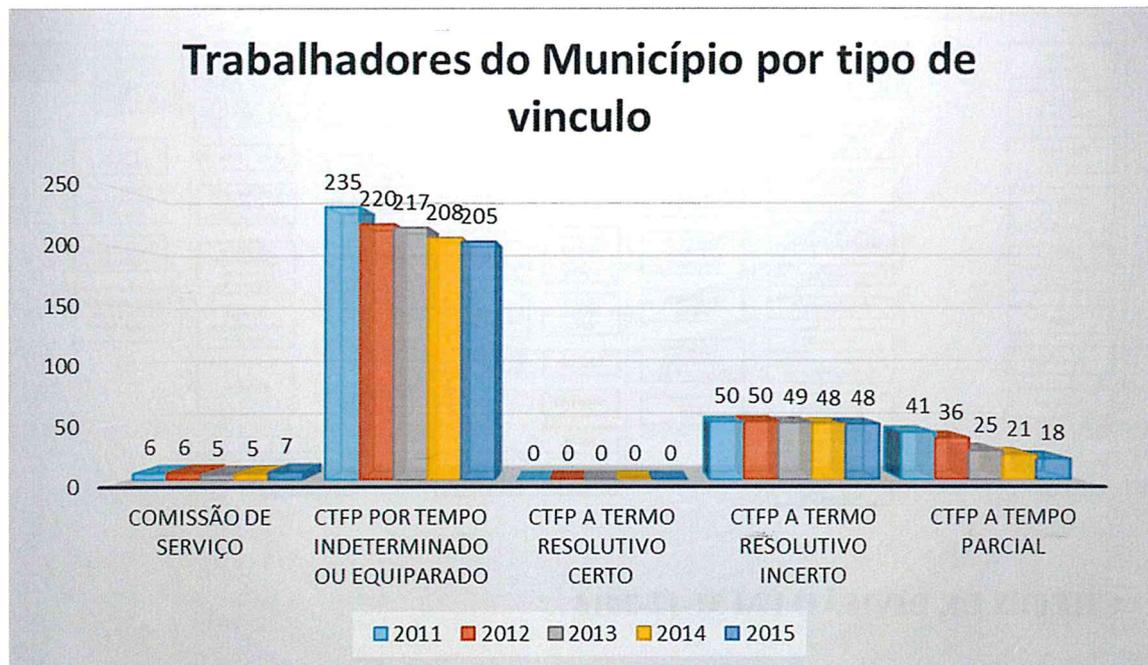
### CHEFES DE DIVISÃO EM 31-12-2015

- **Divisão de Administração Geral, Planeamento e Urbanismo:** Eng.º Manuel Augusto Dias Andrade;
- **Divisão de Equipamentos Públicos, Reabilitação Urbana e SIG:** Arq. Ernesto Manuel Matos Pereira;
- **Divisão de Educação e Intervenção Social:** Dr.ª Raquel Maria Seabra Nunes;
- **Divisão de Economia e Finanças:** Dr.ª Joana Cláudia Cordeiro Chaves Ferreira;
- **Divisão de Acessibilidade Mobilidade, Equipamentos e Materiais:** Eng.º António José Ferreira Silva;

- **Divisão de Ambiente, Contratação e Gestão de Candidaturas:** Eng<sup>a</sup> Maria João Frutuoso Fernandes;
- **Divisão de Desporto Serviços e Informática:** Prof. Carlos Alberto Cardoso Henriques;

## RECURSOS HUMANOS

A trinta de dezembro de 2015, a câmara municipal tinha ao serviço duzentos e setenta e oito trabalhadores, distribuídos por diversos vínculos, de acordo com o demonstrado no gráfico.



Durante o ano de 2015, registou-se uma diminuição de quatro trabalhadores.

Sendo, dois contratos em funções públicas a tempo parcial com professores das AEC's, uma aposentação e uma morte.

Foram admitidos vinte e um professores para desempenhar funções nas atividades extracurriculares. Registrando-se, desta forma, uma diminuição de 1,42 %, face ao ano de dois mil e catorze.



### **Contratos de Emprego e Inserção (CEI) e Estágios do IEFP**

No ano de 2015, ao abrigo da Portaria nº 128/2009 de 30 de janeiro, alterada pelas Portarias nº 294/2010 de 31 de maio, nº 164/2011 de 18 de abril, nº 378-H/2013 de 31 de dezembro, nº 20B/2014 de 30 de janeiro e regulamentada pelo Despacho nº 1573 A/2014 de 30 janeiro e da Portaria nº 204-B/2013 de 18 de junho, alterada pelas Potarias nº 375/2013 de 27 de dezembro e nº 20 A/2014 de 30 janeiro e regulamentada pelo Despacho nº 1573- B/2014 de 30 janeiro, a Câmara Municipal de Tondela viu aprovadas pelo IEFP candidaturas de, trinta e três estágios de emprego, cento e sete trabalhadores ao abrigo do contrato de emprego inserção (CEI) e dezanove ao abrigo do contrato de emprego inserção mais (CEI+), essencialmente, para o setor da educação no apoio às refeições escolares e prolongamentos de horários nos Jardins de Infância e Escolas do Ensino Básico e para o estaleiro municipal em tarefas de manutenção de infraestruturas e equipamentos municipais.

*Handwritten signatures and notes at the top of the page, including the name 'Anuro' and various initials.*

## ANÁLISE ORÇAMENTAL

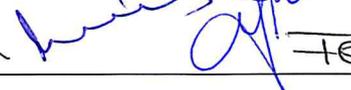
### Comparação entre Orçamento Inicial, Final e Executado

Da comparação entre orçamento inicial, final e executado, é possível concluir sobre o grau de concretização das previsões iniciais, designadamente em matéria de arrecadação da receita estimada, a qual por sua vez condiciona a despesa.

	Orçamento			Execução		
	Inicial	Final	Desvio	Execução	Desvio	Grau de Execução (%)
	(1)	(2)	(3)=(2)-(1)	(4)	(5)=(4)-(2)	(6)=(4)/(2)*100
<b>RECEITA</b>						
01 - Impostos Diretos	4.303.894,00	4.659.714,00	355.820,00	4.816.750,97	157.036,97	103%
02 - Impostos Indiretos	106.227,00	106.227,00	-	95.651,96	- 10.575,04	90%
04 - Taxas, multas e outras penalidades	221.785,00	221.785,00	-	215.522,17	- 6.262,83	97%
05 - Rendimentos de propriedade	1.057.950,00	1.057.950,00	-	1.319.324,51	261.374,51	125%
06 - Transferências correntes	10.030.742,00	10.033.292,47	2.550,47	9.694.407,50	- 338.884,97	97%
07 - Vendas de bens e serviços correntes	1.435.500,00	1.440.500,00	5.000,00	1.303.725,08	- 136.774,92	91%
08 - Outras receitas correntes	68.850,00	68.850,00	-	406.373,76	337.523,76	590%
<b>TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>17.224.948,00</b>	<b>17.588.318,47</b>	<b>363.370,47</b>	<b>17.851.755,95</b>	<b>263.437,48</b>	<b>101%</b>
09 - Venda de bens de investimento	600,00	600,00	-	814,60	214,60	136%
10 - Transferências de capital	7.101.992,00	4.062.879,38	- 3.039.112,62	2.226.192,65	- 1.836.686,73	55%
12 - Passivos financeiros	371.950,00	144.691,32	- 227.258,68	144.691,32	-	100%
13 - Outras receitas de capital	18.950,00	111.950,00	93.000,00	111.502,26	- 447,74	100%
<b>TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>7.493.492,00</b>	<b>4.320.120,70</b>	<b>- 3.173.371,30</b>	<b>2.483.200,83</b>	<b>- 1.836.919,87</b>	<b>57%</b>
15 - Reposições não abatidas nos pagamentos	-	74.500,00	74.500,00	61.131,91	- 13.368,09	82%
16 - Saldo da gerência anterior	-	1.969.858,41	1.969.858,41	1.969.858,41	-	100%
<b>TOTAL DAS OUTRAS RECEITAS</b>	<b>-</b>	<b>2.044.358,41</b>	<b>2.044.358,41</b>	<b>2.030.990,32</b>	<b>- 13.368,09</b>	<b>99%</b>
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>24.718.440,00</b>	<b>23.952.797,58</b>	<b>- 765.642,42</b>	<b>22.365.947,10</b>	<b>- 1.586.850,48</b>	<b>93%</b>
<b>DESPESA</b>						
01 - Despesas com pessoal	4.760.980,00	4.720.480,00	- 40.500,00	4.641.595,88	- 78.884,12	98%
02 - Aquisições de bens e serviços	5.709.712,77	6.774.542,77	1.064.830,00	5.770.491,25	- 1.004.051,52	85%
03 - Juros e outros encargos	23.399,00	12.769,00	- 10.630,00	10.458,08	- 2.310,92	82%
04 - Transferências correntes	2.774.254,00	3.048.314,00	274.060,00	2.658.563,97	- 389.750,03	87%
05 - Subsídios	-	-	-	-	-	-
06 - Outras despesas correntes	383.090,00	142.349,00	- 240.741,00	132.063,62	- 10.285,38	93%
<b>TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES</b>	<b>13.651.435,77</b>	<b>14.698.454,77</b>	<b>1.047.019,00</b>	<b>13.213.172,80</b>	<b>- 1.485.281,97</b>	<b>90%</b>
07 - Aquisição de bens de capital	8.964.991,68	6.984.087,09	- 1.980.904,59	5.831.154,17	- 1.152.932,92	83%
08 - Transferências de capital	621.522,00	889.763,72	268.241,72	590.797,78	- 298.965,94	66%
09 - Ativos financeiros	144.750,00	144.750,00	-	144.750,00	-	-
10 - Passivos financeiros	1.280.741,00	1.169.341,00	- 111.400,00	1.077.892,55	- 91.448,45	92%
11 - Outras despesas de capital	55.000,00	66.401,00	11.401,00	58.947,54	- 7.453,46	89%
<b>TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>11.067.004,68</b>	<b>9.254.342,81</b>	<b>- 1.812.661,87</b>	<b>7.703.542,04</b>	<b>- 1.550.800,77</b>	<b>83%</b>
<b>TOTAL DA DESPESA</b>	<b>24.718.440,45</b>	<b>23.952.797,58</b>	<b>- 765.642,87</b>	<b>20.916.714,84</b>	<b>- 3.036.082,74</b>	<b>87%</b>

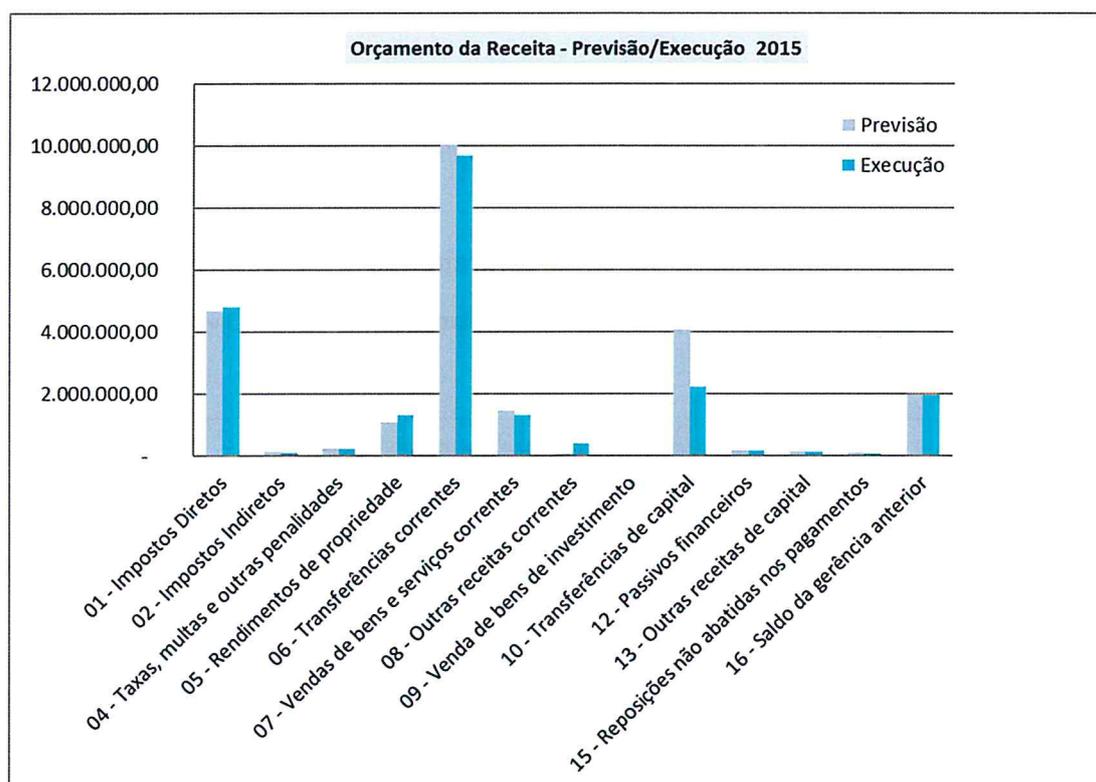
O total do orçamento final comparativamente ao total do orçamento inicial evidencia, em termos líquidos, um ajustamento de menos 765.643€ das previsões de receita e de despesa. O referido ajustamento resulta das 3 revisões orçamentais realizadas durante o exercício de 2015. Por um lado, verificou-se um aumento do orçamento pela integração do saldo da gerência anterior, e por outro, uma diminuição desse mesmo orçamento, essencialmente, por força da alteração da comparticipação prevista para 2015, fruto da reprogramação financeira estratégica definida no âmbito dos Fundos Comunitários.








Para além disso, durante o ano de 2015, foram realizadas no total 16 alterações orçamentais, que tiveram como objetivo ajustar as previsões orçamentais às necessidades da sua execução. Tratando-se de um documento de natureza previsional, o Orçamento Municipal apresenta obviamente diferenças entre a dotação prevista e a execução. As divergências verificadas em cada uma das rubricas da Receita e da Despesa encontram-se refletidas nos gráficos que a seguir se apresentam.



Do gráfico acima conclui-se, facilmente, que é no capítulo das transferências de capital que o desvio entre a previsão corrigida e a execução final da receita assume maior expressão. A este nível registaram-se cerca de menos 1,8 milhões de euros do que o previsto para 2015, desvio integralmente explicado pela execução das receitas provenientes a título de comparticipação comunitária em projetos cofinanciados. Salienta-se também da análise do gráfico que são as transferências correntes que assumem maior relevância na execução do orçamento, seguidas dos impostos

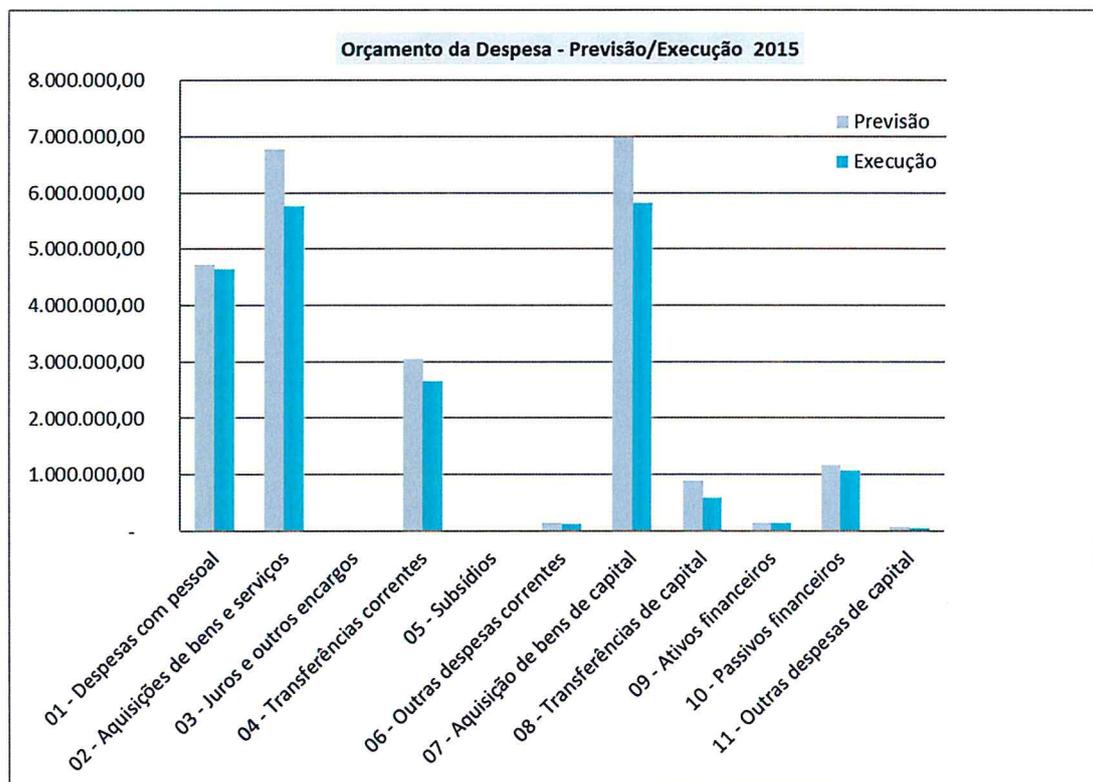
diretos, sendo que nestas duas rubricas a execução está em linha com o previsto não havendo lugar a desvios significativos.

*[Handwritten signature]*

Em coerência com o que se verifica na execução do orçamento da receita, como se demonstra no gráfico seguinte, também na execução do orçamento da despesa, o desvio mais significativo, entre a dotação corrigida e a execução da despesa paga, ocorre na aquisição de bens e serviços de capital, isto é consequência direta de estas serem despesas que, na sua grande maioria, são objeto de financiamento comunitário.

Verifica-se também algum desvio na aquisição de bens e serviços correntes, que em parte se explicam, pela implementação de alguma contenção de despesas desta natureza,

Salienta-se o facto desta análise ser feita contrapondo a despesa prevista com a despesa paga, não incluindo os compromissos assumidos, mas em dívida.

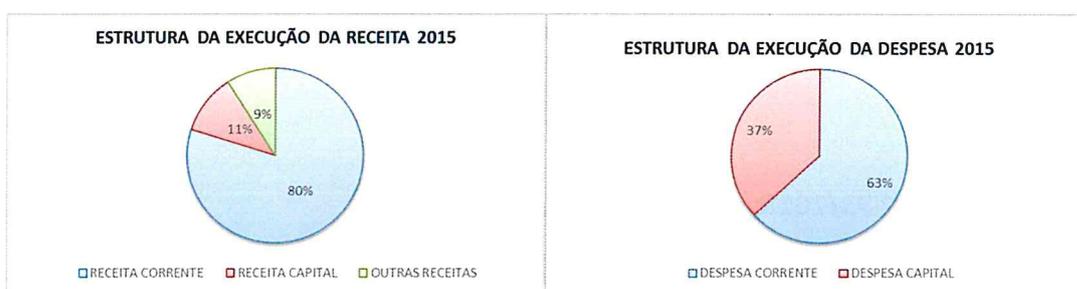


*Janus*  
*all* *...* *...* *...* *...* *...*

A estrutura da Receita e da Despesa, no exercício de 2015, em termos de execução e segundo uma perspetiva corrente e de capital, encontra-se evidenciada nos gráficos seguintes.

Verifica-se que, em linha com os anos anteriores, o peso relativo das rubricas correntes é sempre superior ao das rubricas de capital, tanto no lado da Receita como da Despesa.

Pode-se também, inferir desta análise, o cumprimento da regra do equilíbrio orçamental, 80% de receitas correntes na execução da receita contra 63% de despesas correntes na execução da despesa.



## Regra do equilíbrio orçamental

### Ponto 3.1.1. do POCAL

O princípio do equilíbrio orçamental, previsto no ponto 3.1.1. do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, obriga a que o orçamento das autarquias locais preveja as receitas necessárias para cobrir todas as despesas, e as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes.

A aplicação deste princípio permite a formação de poupança corrente, possibilitando a sua aplicação em despesas de capital. No ano de 2015, o cumprimento desta norma legal permitiu ao Município de Tondela atingir uma poupança corrente de 4.638.583,15€.

EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL	2012	2013	2014	2015
RECEITAS CORRENTES	13.908.647,70	16.161.079,83	17.009.553,27	17.851.755,95
DESPEAS CORRENTES	12.250.688,79	13.405.655,40	12.956.081,03	13.213.172,80
<b>SALDO CORRENTE</b>	<b>1.657.958,91</b>	<b>2.755.424,43</b>	<b>4.053.472,24</b>	<b>4.638.583,15</b>

Analisando os dados referentes à execução orçamental do último quadriénio, conforme quadro anterior, verificamos que o Município de Tondela não só cumpre o princípio do equilíbrio orçamental, em qualquer um dos anos em análise, como regista uma evolução positiva na estrutura da execução orçamental, com um aumento do superavit corrente que permite, de forma sustentada, financiar o investimento.

**Art. 40º da Lei n.º 73/2013, de 3/set ( RFALEI )**

No art. 40º da Lei n.º 73/2013, de 3/set ( RFALEI ), sob a epígrafe “ Equilíbrio orçamental”, prevê-se o seguinte:

*“ 1 - Os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas.*

*2 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos.*

*3 - O resultado verificado pelo apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações pode registar, em determinado ano, um valor negativo inferior a 5% das receitas correntes totais, o qual é obrigatoriamente compensado no exercício seguinte.*

*4 - Para efeitos do disposto no n.º 2, considera-se amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos o montante corresponde à divisão do capital contraído pelo número de anos do contrato, independente do seu pagamento efetivo. “.*

Por sua vez, no art. 83º do mesmo diploma legal, prevê-se, ainda, relativamente ao equilíbrio orçamental, que:

“ Para efeitos do n.º 4 do artigo 40º, no caso de empréstimos já existentes quando da entrada em vigor da presente lei, considera-se amortizações médias de empréstimos o montante correspondente à divisão do capital em dívida à data da entrada em vigor da presente lei pelo número de anos de vida útil remanescente do contrato. “

### Teste ao Princípio do Equilíbrio Orçamental

Art.º 40.º conjugado com o artigo 83.º da Lei n.º 73/2013, de 03-09-2013

Amortizações médias de empréstimos existentes 31-12-2013								
Instituição Financeira	Empréstimo	Data de contrato	Prazo contratado (em anos)	Anos decorridos em 31-12-2013	Dívida em 31-12-2013	ISENTO (Sim/Não)	Vida útil	Amortizações médias de empréstimos existentes
CEMG	Intempéries	28-09-2001	15	12	608.664,94	Sim	3	202.888,31
BPI	Saneamento/Vias Comunicação	07-10-1998	15	14	352.398,43	Não	1	352.398,43
BPI	Saneamento e Outros	09-08-2000	15	13	1.252.100,40	Não	2	626.050,20
CGD	Aquisição habitação a custos controlados	26-12-2006	25	7	501.889,93	Sim	18	27.882,77
CGD	Aquisição habitação custos controlados	26-12-2006	25	7	559.192,77	Sim	18	31.066,27
CGD	Programa Regularização de Dívidas ao Estado	16-03-2009	5	4	101.385,70	Não	1	101.385,70
DGT	PPTH - Programa Pagar a Tempo e Horas	13-11-2008	10	5	454.503,60	Não	5	90.900,72
DGT	PREDE - Programa Regularização Extraordinária de Dívidas ao Estado	08-04-2009	10	4	450.603,00	Não	6	75.100,50
					4.280.738,77			1.507.672,90

Teste ao Princípio do Equilíbrio Orçamental art.º 40.º conjugado com o artigo 83.º da Lei n.º 73/2013, de 03-09-2013		Orçamento Inicial Aprovado para 2015	Orçamento Corrigido em 31-12-2015	Execução Orçamental em 31-12-2015
(1)	Valor das receitas correntes brutas	17.224.948,00 €	17.588.318,47 €	17.851.755,95 €
(2)	Amortizações médias de empréstimos existentes a 01-01	1.507.672,90 €	1.507.672,90 €	1.507.672,90 €
(3)	Amortização média de empréstimo contratado	28.938,26 €	28.938,26 €	28.938,26 €
(4)=(1)-(2)-(3)	Límite às despesas correntes	15.688.336,84 €	16.051.707,31 €	16.315.144,79 €
(5)	Despesa corrente	13.651.435,77 €	14.698.454,77 €	13.213.172,80 €
(6)=(4)-(5)	Margem	2.036.901,07 €	1.353.252,54 €	3.101.971,99 €

Da análise do teste ao princípio do equilíbrio orçamental, no quadro acima, podemos constatar que o Município, já incorporando o novo Contrato de empréstimo de médio e longo prazo de € 144.691,32 - “Plano de Valorização da Serra do Caramulo - Investimento na requalificação de infraestruturas no âmbito do Fundo de

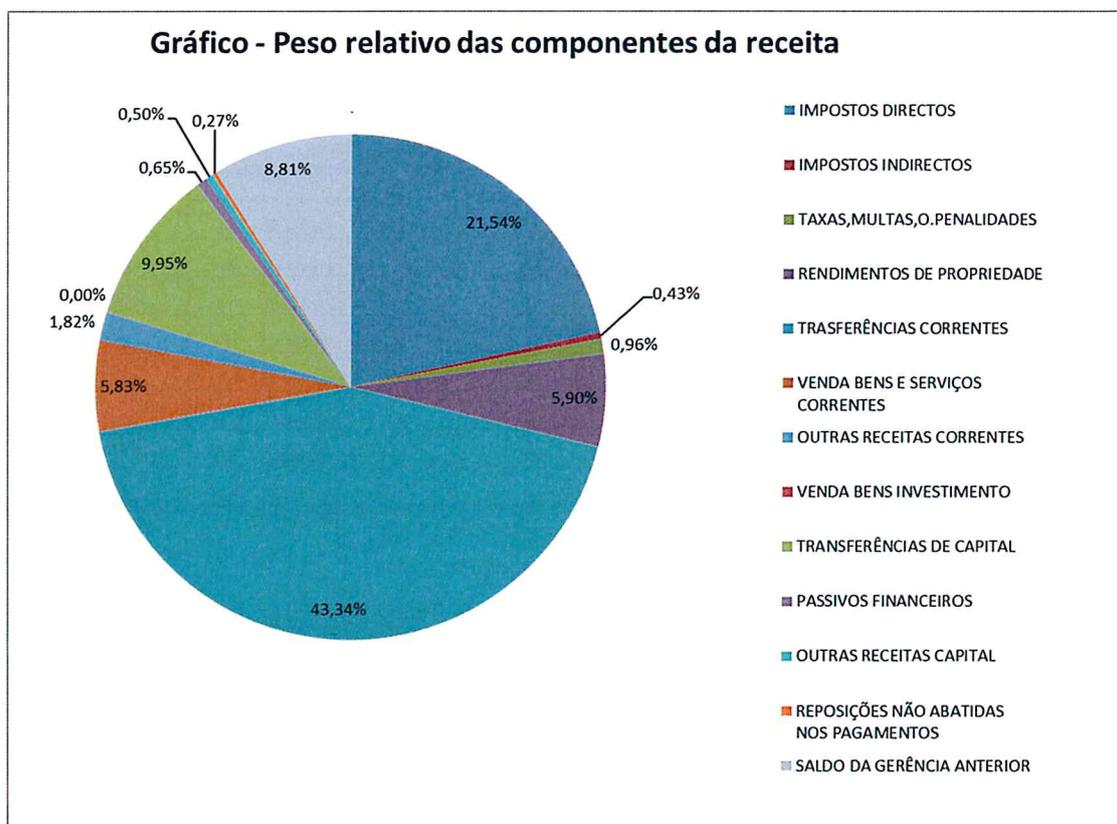
Emergência Municipal” de 2015, ainda tem uma margem face ao limite das despesas correntes de 3.101.971,99€.

Am.

## Execução da receita

Na globalidade a receita cobrada bruta, em 2015, atingiu o valor de 22.365.947,10€, o que corresponde a um grau de execução de 93,31%.

O gráfico abaixo evidencia a estrutura da receita, bem como o peso relativo de cada uma das origens de financiamento do Município de Tondela, no ano de 2015.



As transferências correntes são a fonte de receita com maior relevo no valor total arrecadado pelo Município em 2015, representando 43,34%, evidenciam-se também como a segunda maior fonte de receita, os impostos diretos representando 21,54%.

Em termos de peso relativo das fontes de receita, as transferências de capital surgem em terceiro lugar representando 9,95% de toda a receita arrecadada pelo Município.

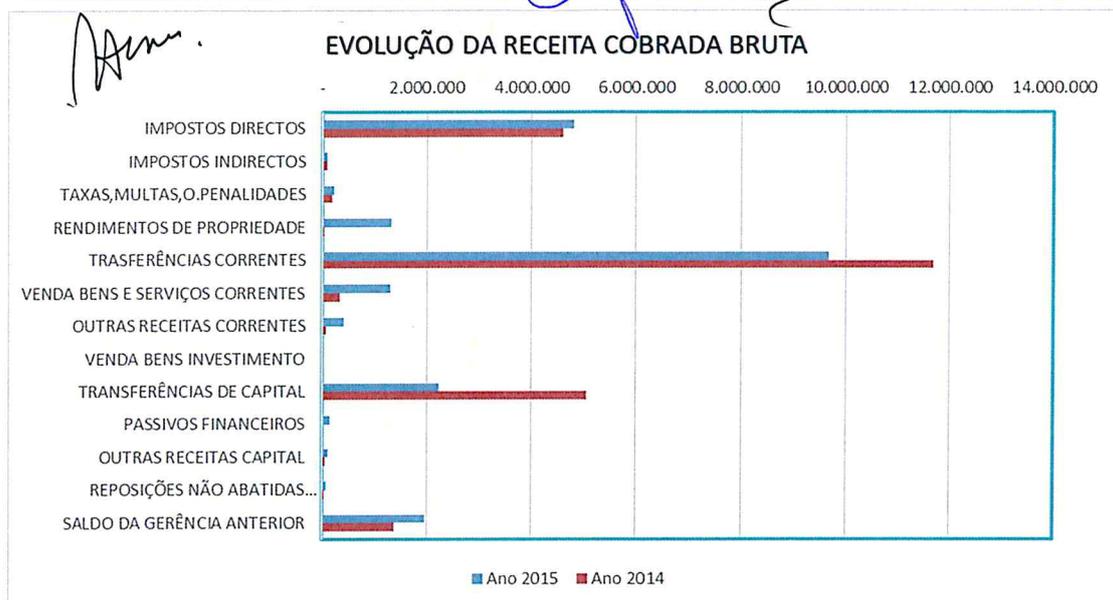
Verificou-se, que a receita cobrada bruta em 2015 face a 2014, sofreu uma diminuição de 5,04%. Esta diminuição tem origem essencialmente na execução das transferências de capital.

Quadro – Evolução da receita cobrada entre 2014 e 2015

(valores em euros)

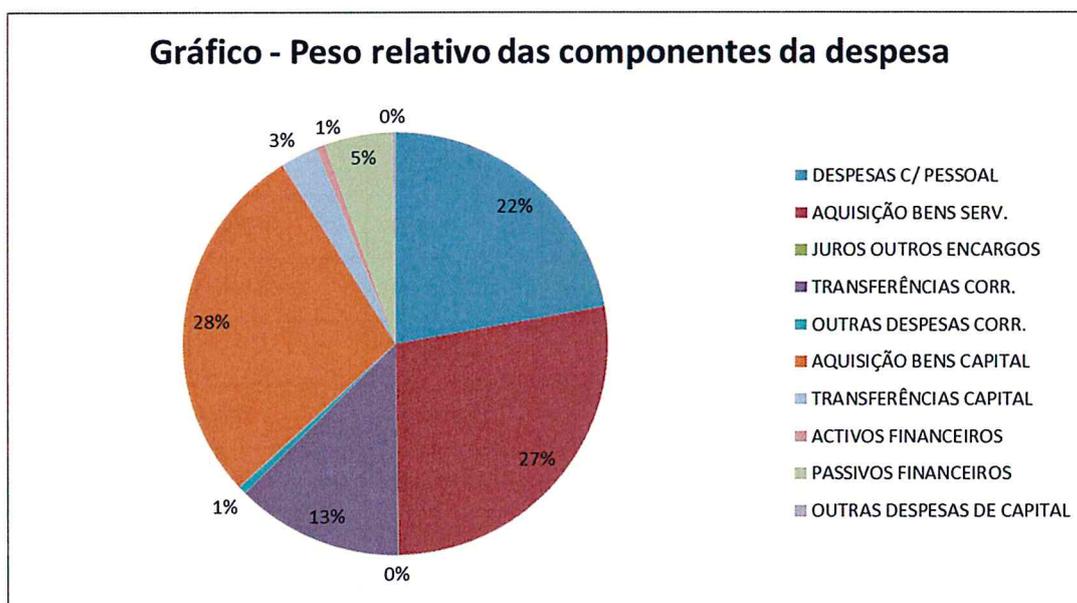
CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA (Capítulo)	DESIGNAÇÃO	RECEITA COBRADA BRUTA		
		Ano 2015	Ano 2014	% VARIACÃO
01	IMPOSTOS DIRECTOS	4.816.750,97	4.605.752,71	4,58%
02	IMPOSTOS INDIRECTOS	95.651,96	81.014,09	18,07%
04	TAXAS, MULTAS, O. PENALIDADES	215.522,17	177.584,96	21,36%
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	1.319.324,51	22.200,46	5842,78%
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	9.694.407,50	11.707.554,85	-17,20%
07	VENDA BENS E SERVIÇOS CORRENTES	1.303.725,08	342.397,21	280,76%
08	OUTRAS RECETAS CORRENTES	406.373,76	73.048,99	456,30%
09	VENDA BENS INVESTIMENTO	814,60	12.592,20	-93,53%
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.226.192,65	5.058.344,64	-55,99%
12	PASSIVOS FINANCEIROS	144.691,32	0,00	
13	OUTRAS RECETAS CAPITAL	111.502,26	53.805,09	107,23%
15	REPOSIÇÕES NÃO ABA TIDAS NOS PAGAMENTOS	61.131,91	36.741,26	66,38%
16	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	1.969.858,41	1.381.324,13	42,61%

*Carro*  
*all* → *[Handwritten Signature]* *[Handwritten Signature]*



### Execução da despesa

No ano de 2015 a despesa total do Município atingiu os 20.916.714,84€, com um grau de execução de cerca de 87%. Saliente-se que, todos os agrupamentos de despesa apresentaram graus de execução bastante elevados.



Da análise do gráfico apresentado, constatamos que a despesa de maior relevo é a aquisição de bens de capital, representando 28% da despesa do Município,

*Faruco*  
*cel* → *Alf* *FED* *JLB*

seguinte-se a aquisição de bens e serviços e as despesas com pessoal, com um peso de 27%, e 22% respetivamente, na execução global da despesa. *Amu*

Quadro – Evolução da despesa paga entre 2014 e 2015

(valores em euros)

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA (Agrupamento)	DESIGNAÇÃO	DESPEZA PAGA		
		Ano 2015	Ano 2014	% VARIACÃO
<b>DESPEAS CORRENTES</b>		<b>13.213.172,80</b>	<b>12.956.081,03</b>	<b>1,98%</b>
01	DESPEAS C/ PESSOAL	4.641.595,88	4.667.090,96	-0,55%
02	AQUISIÇÃO BENS SERV.	5.770.491,25	5.084.042,45	13,50%
03	JUROS OUTROS ENCARGOS	10.458,08	68.886,36	-84,82%
04	TRANSFERÊNCIAS CORR.	2.658.563,97	2.825.989,23	-5,92%
06	OUTRAS DESPEAS CORR.	132.063,62	310.072,03	-57,41%
<b>DESPEAS DE CAPITAL</b>		<b>7.703.542,04</b>	<b>8.538.711,63</b>	<b>-9,78%</b>
07	AQUISIÇÃO BENS CAPITAL	5.831.154,17	6.404.167,55	-8,95%
08	TRANSFERÊNCIAS CAPITAL	590.797,78	652.484,40	-9,45%
09	ACTIVOS FINANCEIROS	144.750,00	0,00	0,00%
10	PASSIVOS FINANCEIROS	1.077.892,55	1.482.059,68	-27,27%
11	OUTRAS DESPEAS CAPITAL	58.947,54	87.709,52	-32,79%

No quadro da variação da despesa entre o ano de 2015 e 2014, verifica-se em relação às despesas correntes, a variação negativa regista-se em todos os agrupamentos com exceção da aquisição de bens e serviços, onde se verificou uma variação positiva.

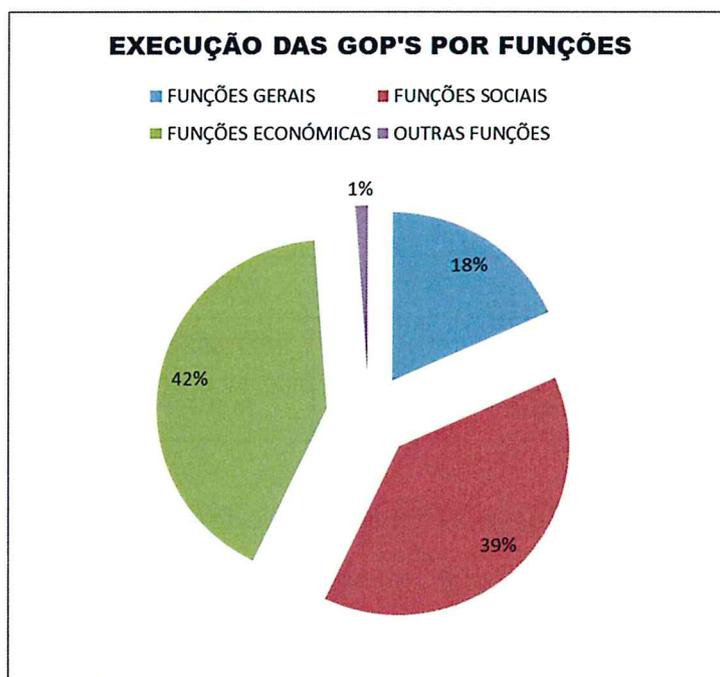
No que concerne às despesas de capital, todos os agrupamentos sofreram uma diminuição, com exceção dos ativos financeiros, por início do pagamento das prestações do FAM.

Em função da materialidade, nas despesas de capital, evidencia-se a diminuição dos passivos financeiros em 27,27%.

## Execução das GOP's – Grandes Opções do Plano

A execução das Grandes Opções do Plano, que se desagrega no Plano Plurianual de Investimentos e nas Atividades Mais Relevantes, espelha o quadro de desenvolvimento da intervenção municipal e apresenta as intervenções realizações levadas a cabo pelas várias áreas de atuação, organizadas por programas, projetos e ações.

Do gráfico abaixo podemos concluir que são as funções económicas com 42% que assumem a maior fatia da execução das GOP do Município, seguidas das funções sociais que representam 39% da execução.



O quadro seguinte reflete a execução das GOP's por funções, que nos permite extrair informação sobre o valor que a Autarquia investiu nas diversas áreas durante o exercício económico de 2015






CLASSE FUNCIONAL	DESIGNAÇÃO	MONTANTE PREVISTO	MONTANTE EXECUTADO	EXECUÇÃO
01	FUNÇÕES GERAIS	2.920.185,48	2.598.688,70	88,99%
02	FUNÇÕES SOCIAIS	6.175.654,20	5.494.372,71	88,97%
03	FUNÇÕES ECONÓMICAS	6.640.643,13	5.177.459,08	77,97%
04	OUTRAS FUNÇÕES	194.139,00	139.138,09	71,67%
TOTAL GERAL		15.930.621,81	13.409.658,58	84,18%

Da análise, mais global, da execução das GOP por Funções, podemos verificar um nível bastante elevado de execução 84,18%

Sendo que, o principal desvio ocorreu nas funções económicas, pese embora, o elevado grau de execução, que se aproximou de 78%.

No domínio das funções gerais e sociais, o desvio ronda os 11%.

Como o montante executado é aferido pela despesa paga e não pela realização física, verificam-se desvios com base na dívida.

PROGRAMAS	DESIGNAÇÃO	MONTANTE PREVISTO	MONTANTE EXECUTADO	% EXECUÇÃO	% EXECUÇÃO FACE AO TOTAL
01	FUNÇÕES GERAIS				
111	ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.623.181,48	2.340.577,64	89,23%	17,76%
121	PROTEÇÃO CIVIL	297.004,00	25.811,06	8,69%	0,20%
02	FUNÇÕES SOCIAIS				
211	ENSINO NÃO SUPERIOR	20.744,00	3.945,80	19,02%	0,03%
212	SERVIÇOS AUX. ENSINO	1.071.596,00	956.004,43	89,21%	7,25%
221	SERVIÇOS INDIV. SAÚDE	1.562,00	0,00	0,00%	0,00%
232	AÇÃO SOCIAL	246.626,00	206.539,07	83,75%	1,57%
241	HABITAÇÃO	19.502,00	17.574,54	90,12%	0,13%
242	ORDENAM. TERRITÓRIO	8.666,00	8.536,20	98,50%	0,06%
243	SANEAMENTO	452.567,00	318.383,24	70,35%	2,42%
244	ABASTECIMENTO ÁGUA	151.431,00	108.559,75	71,69%	0,82%
245	RESÍDUOS SÓLIDOS	1.097.400,00	952.971,50	86,84%	7,23%
246	PROTEÇÃO MEIO AMBIENTE	1.662.925,20	1.631.206,58	98,09%	12,38%
251	CULTURA	716.222,00	694.697,21	96,99%	5,27%
252	DESPORTO RECREIO LAZER	717.713,00	593.254,39	82,66%	4,50%
253	OUTRAS ACT. CÍVICAS RELIG.	8.700,00	2.700,00	31,03%	0,02%
03	FUNÇÕES ECONÓMICAS				
310	AGRIC. PEC. SILV. CAÇA PESCA	110,00	0,00	0,00%	0,00%
320	INDUSTRIA ENERGIA	1.124.896,00	811.508,17	72,14%	6,16%
331	TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	4.223.006,13	3.238.793,91	76,69%	24,58%
340	COMÉRCIO E TURISMO	459.313,00	443.485,10	96,55%	3,37%
341	MERCADOS E FEIRAS	303.065,00	284.202,64	93,78%	2,16%
342	TURISMO	530.253,00	399.469,26	75,34%	3,03%
04	OUTRAS FUNÇÕES				
410	OPER. DÍVIDA AUTÁRQUICA	4.775,00	3.774,17	79,04%	0,03%
420	TRANSF. ENTRE ADMINISTR.	53.500,00	8.000,00	14,95%	0,06%
430	DIVERSAS NÃO ESPECIFIC.	135.864,00	127.363,92	93,74%	0,97%
TOTAL GERAL		15.930.621,81	13.177.358,58		100,00%

*Fernando*  
*Cell* → *[Signature]* *[Signature]* *[Signature]* *[Signature]*

As rubricas mais relevantes destas despesas, que poderão ser analisadas em pormenor no Mapa de Execução Anual das Grandes Opções do Plano, inserto na Prestação de Contas, são:

Nas **Funções Gerais**,

Na Administração geral

- Destacam-se pela expressão do respetivo valor, as rendas das obras efetuadas pela parceria público privada e o Protocolo de Transferência Anual para as Freguesias com uma execução a rondar os 100%.

Destacam-se também os encargos de instalações de edifícios públicos, com fornecimento de energia, água e gás, com uma execução média de 84%.

Na Proteção Civil

- Temos, essencialmente, as transferências para as Associações Humanitárias de Bombeiros e a beneficiação com 100% de execução e a requalificação de caminhos florestais.

Nas **Funções Sociais**, evidenciam-se pela materialidade do seu valor:

Nos Serviços Auxiliares de Ensino

- Os Transportes Escolares e a Ação Social Escolar (realizada através de protocolos com as Juntas de Freguesia, Instituições e Agrupamentos de Escola), as refeições escolares e o projeto “regime da fruta escolar” com uma execução anual de 90%.

Na Ação Social

- As transferências para o Centro Social S. Salvador de Tonda e Centro Paroquial de Santiago de Besteiros, evidenciam uma execução de 100%, sendo que, a requalificação de equipamentos religiosos se aproximou de 80%.

*Caramulo*  
*oll* *minis* *oll* *oll* *oll* *oll* *oll*

Já o “Convívio Sénior” evidencia uma taxa de execução que se aproxima dos 100%.

Também os indicadores associados aos custos de arrendamento para habitação social atingiram valores executados de 92%.

### No Saneamento

- As construções da nova ETAR de Tondela e da nova ETAR – ZIM Adiça foram concluídas, pelo que se evidenciam no grau de execução financeiro acima dos 90%.

Deve-se referir a insipiente taxa de execução da remodelação da rede de água e remodelação da rede de saneamento ao Caramulo, conseqüente à rescisão do contrato de empreitada com o adjudicatário. Também se evidencia o grau de execução da elaboração de projetos (86,5%), nomeadamente o projeto de saneamento e remodelação da rede de água em Valverde.

### Nos Resíduos Sólidos Urbanos

- Verifica-se uma execução de 85,14% nas Transferências para a Associação de Municípios do Planalto Beirão, no âmbito da Recolha de RSU e da Exploração de Sistema. Neste ponto, é importante referir que, no ano têm que ser comprometidos 12 meses de faturação, prevendo-se, por isso, o seu custo, mas a faturação de dezembro só ocorre no ano seguinte, não ficando por isso evidenciada a execução.

De salientar, também, o grau de concretização (100%) do novo ecocentro de Tondela

### Na Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza

- Merece referência o grau de execução, 99,77%, da requalificação da rede de iluminação pública, com a substituição das lâmpadas de vapor de sódio, por lâmpadas led.

Também se concluiu, com uma taxa de execução que se aproxima de 100%, a intervenção no Plano de Valorização da Serra do Caramulo, quer no âmbito

do Fundo de Emergência Municipal, quer no âmbito do PRODER. Destacando-se no decurso deste ano, com um grau de execução de 100%, a obra da “Requalificação de infraestruturas - E.M. – Cruzinha – Daires – Souto – Castelo - Corte”.

Também foi assinalável, com grau de execução de 100%, a obra de regadios nos rios Cascão e Criz.

### Na Cultura

- Destaca-se a conclusão da obra de reconversão e apetrechamento da REC – Oficinas Criativas, resultante dos pagamentos referentes à faturação realizada no final do ano anterior, donde resultou um nível de execução de 99%

Concretizaram-se os Protocolos de transferências para o Movimento Associativo com uma taxa de execução de 92,4% e também se concretizou o apoio à produção cultural - Queima do Judas e Tom de Festa, bem como, o projeto “Marchas de Santo António”, a par das comemorações dos 500 anos do Foral de Besteiros.

### No Desporto, Recreio e Lazer

- Cumpriram-se os Protocolos de transferências para o Projeto Combate ao Sedentarismo – “Saúde em dia”, bem como, o Protocolo de transferências de apoio ao projeto “Escola de Natação” e Movimento Associativo.
- De igual forma concretizou-se o projeto “Jogos Desportivos”.

Nas **Funções Económicas**, evidenciam-se pela relevância do seu valor:

### Indústria e Energia

- Destaca-se o fornecimento de energia - Iluminação Pública – com uma execução de 81,37%.

### Transportes Rodoviários

- Concluiu-se o grande investimento da Requalificação da ER 230–Fungão/Molelos–Campo de Besteiros-Caramulo e acessos a Santiago de Besteiros (obra plurianual), a que se associou a requalificação da mesma via, mas na freguesia de Molelos.

Verificaram-se, também, ações de Beneficiação da Rede Viária, ou de requalificação Urbana nas Freguesias, que tiveram significativos graus de execução, sendo o investimento nestas intervenções de montante bem expressivo, como é o caso da requalificação das estradas municipais Vale do Porco-Corveira e Ferreirós do Dão-Lajeosa do Dão.

Refira-se, finalmente, o grande investimento na execução da Circular Poente de Tondela-3 fase, com um grau de execução financeiro de aproximadamente 70%, sendo que, só não foi pleno porque a faturação da conclusão da obra já não foi emitida em tempo que permitisse o pagamento em 2015.

#### Comércio e Turismo

- Destaca-se a conclusão física e financeira da requalificação de edifício “Carmelitana”, no âmbito da RUCI-Viseu Dão-Lafões-NestPolis, bem como, da requalificação do Mercado Municipal e Áreas Envolventes, com um nível de execução financeiro a rondar os 100%.

#### Mercados e Feiras

- A realização da FICTON - Feira Industrial e Comercial de Tondela é o maior evento de afirmação e de promoção das potencialidades do território, apostando nos produtos locais e na dinâmica empresarial económica e associativa. Evidencia um grau de execução global superior 98,95%.

#### Turismo

- Referenciam-se a realização do Caramulo Motorfestival, e da semana gastronómica do cabrito, com execução financeira de 100% e 97%, respetivamente.



A Gestão e Animação da Copista do Dão, em parceria com os demais municípios desta infraestrutura e a Comunidade Intermunicipal da Região Viseu Dão Lafões, apresenta um grau de concretização de 99,9%.

Destaca-se também a desagregação das diversas ações da gestão do balneário termal, visando uma completa transparência nas despesas com este equipamento a fim de, manter o foco no equilíbrio dos custos versus proveitos.

## **ANÁLISE PATRIMONIAL**

O Balanço e a Demonstração de Resultados, em conjunto com o Mapa de Fluxos de Caixa, proporcionam uma visão completa sobre a situação financeira, patrimonial, económica e monetária do Município a 31-12-2015.

### **Balanço**

O Balanço mostra-nos a posição financeira e patrimonial do Município a 31 de dezembro de 2015, comparando-a com a do exercício anterior.

Nos investimentos financeiros, não só refletimos todas as nossas participações, em sociedades participadas, mas também em consequência da Lei 53/2014, de 25 de agosto de 2014, introduzimos a participação do Município no Fundo de Apoio Municipal, que se vai refletir também nas dívidas a terceiros, quer de curto, quer de longo prazos.

Pela primeira vez, em 2015, refletem-se nas existências as matérias primas existentes. No final do exercício de 2015, foram efetuadas contagens físicas das matérias primas existentes, com a finalidade de dar início à implementação do sistema de gestão de stock e inventário. Tendo sido contabilizado em 31/12/2015 um conjunto de Matérias-primas, subsidiárias e de consumo, por contrapartida de correções de exercícios anteriores, valorizadas em 129.540,84 €

Em 2015, refletem-se nas dívidas a terceiros de curto prazo, de forma diferente, as amortizações de empréstimos a efetuar no ano seguinte. Em 2014 e face às limitações do sistema informático, a componente de curto prazo da dívida de empréstimos de médio e longo prazo, foi considerada na conta 2311 - empréstimos de curto prazo, em 2015, face às evoluções havidas, foi desdobrada a conta 2312 - empréstimos de médio e longo prazo nas suas duas componentes, CP e MLP.

Balço	2015	2014
<b>ATIVO</b>	<b>132.487.413,73</b>	<b>99.130.378,64</b>
<b>Ativo Fixo</b>	<b>123.476.524,36</b>	<b>90.901.878,14</b>
Bens de Domínio Público	58.643.123,99	41.649.838,44
Imobilizações Incorpóreas	135.205,71	0,00
Imobilizações Corpóreas	63.594.947,39	48.148.792,43
Investimentos Financeiros	1.103.247,27	1.103.247,27
<b>Ativo Circulante</b>	<b>9.010.889,37</b>	<b>8.228.500,50</b>
Existências	161.077,75	31.536,91
Dividas de Terceiros - Curto prazo	1.313.158,08	215.787,74
Disponibilidades	2.049.869,22	2.494.391,53
Acréscimos e Diferimentos	<b>5.486.784,32</b>	<b>5.486.784,32</b>
<b>FUNDOS PRÓPRIOS</b>	<b>54.063.691,19</b>	<b>53.627.513,13</b>
Património	25.779.891,87	25.537.194,03
Reservas Legais	1.084.304,13	893.056,14
Subsídios	1.197.332,93	1.080.001,42
Doações	24.485,36	24.485,36
Resultados Transitados	23.611.343,58	22.267.816,45
Resultado Líquido do Exercício	2.366.333,32	3.824.959,73
<b>PASSIVO</b>	<b>41.333.548,18</b>	<b>45.502.865,51</b>
Provisões	56.225,01	
Dívida a Terceiros - Médio e Longo Prazo	2.105.160,87	2.591.388,33
Dividas a Terceiros - Curto Prazo	2.314.435,88	3.775.594,96
Acréscimos e Diferimentos	<b>36.857.726,42</b>	<b>39.135.882,22</b>

Na análise à situação económico-financeira de 2015, as dívidas a fornecedores conta corrente, tiveram uma redução, baixando de 397.510,88€ para 250.689,26€ (valor que inclui as faturas em receção e conferência).

Carro  
Alc  
Foz

Alc  
Foz

Por outro lado, as dívidas a fornecedores de imobilizado, sofreram uma diminuição de 1.087.891,55€ para 284.841,22€ (valor que inclui faturas em receção e conferência).

Quanto à dívida bancária, amortizou-se no ano de 2015, o valor de 1.077.892,55€, e fez-se a utilização de capital de um novo empréstimo de 144.691,32€, passando desta forma, de 2.798.679,09€, para 1.865.477,86€.

Esta comparação não é direta, na comparação dos valores do balanço, pela alteração que foi efetuada à contabilização da maturidade dos empréstimos, fazendo a separação do valor a pagar no curto prazo 484.064,26€ e médio e longo prazos 1.381.413,60€.

A contabilização do Fundo de Apoio Municipal (FAM) nas contas do Município, que em 2014, representou a introdução de 1.013.247,27€, quer no Ativo, quer no Passivo. No Ativo este valor surge nos investimentos financeiros, no Passivo surge nas dívidas a terceiros, com 723.747,27€, na dívida de médio e longo prazo e 144.750,00€ na dívida de curto prazo.

Os Bens e Direitos que compõem o Ativo do Município totalizavam no final de 2014 95.397.239,37€, tendo este valor maioritariamente origem nos Fundos Próprios do Município e não nos Passivos.

Resumindo, o Município de Tondela, no global, diminuiu a dívida a terceiros, no último ano, em 1.947.386,54€.

Ativo



A estrutura do Balanço evidencia que o Ativo Fixo, ou seja, os bens duradouros e as participações do Município noutras entidades, representam a grande maioria do Ativo (93%).

Por outro lado, no Ativo Circulante com um peso de 29% temos, as Disponibilidades do Município, sendo que 1.449.232,26€ diz respeito a saldo orçamental e 600.636,96€ a saldo de operações de tesouraria.

Refira-se que no saldo orçamental estão incluídos os depósitos a prazo detidos pelo Município, no valor total de 800.000€.

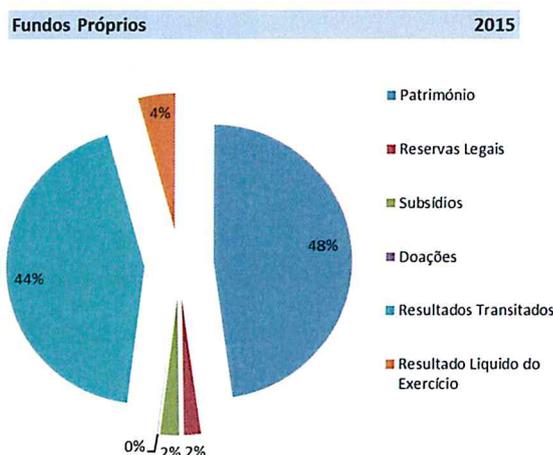
Temos ainda, com um peso 71% no Ativo Circulante, os acréscimos e diferimentos. A este nível, importa referir que, desde 2013, todos os anos estamos a ir mais longe no cumprimento ao Princípio da Especialização ou do Acréscimo.

Refira-se ainda que em 2015 comparativamente com 2014, se registou uma diminuição de 3.733.139,27€ do Ativo Líquido, o qual corresponde ao valor de aquisição ou custo dos equipamentos, deduzido das respetivas amortizações, anuais e extraordinárias, bem como, das provisões.

Ao nível dos Fundos Próprios, verifica-se uma diminuição no Resultado Líquido do Exercício, passando de 3.824.959,73€ em 2014 para 2.366.333,32€ em 2015.

A conta de resultados transitados também foi afetada em 3.824.959,73€ com a passagem dos resultados líquidos de 2014, nos termos da deliberação de aprovação do Relatório e Contas de 2014 pela Câmara Municipal.

Em suma, a 31-12-2015, o Município de Tondela apresentava uma Situação Líquida de 54.063.691,19€, com a composição que a seguir se esquematiza.



Verifica-se que os Fundos Próprios são maioritariamente constituídos pelo Património (48%) e pelos Resultados Transitados (44%), sendo que estes refletem o acumulado dos Resultados Líquidos, e respetivos ajustamentos, dos anos anteriores a 2015, indicando o seu valor que o Município apresentou resultados positivos de 23.611.343,58€.

Quanto ao Passivo do Município de Tondela, assume um peso reduzido quando comparado com o valor dos Fundos Próprios. Os acréscimos e diferimentos, inscritos no Passivo, sofreram uma diminuição face a 2014 de 2.278.155,80€, que se justifica maioritariamente pela contabilização das participações financeiras ao investimento municipal, relativos a subsídios recebidos e a receber. É de sublinhar que estes valores, apesar de estarem inscritos no Passivo, não correspondem a nenhuma forma de dívida do Município, mas apenas ao diferimento de proveitos, dando assim cumprimento ao Princípio da Especialização, já anteriormente

invocado. Neste sentido, os subsídios recebidos pelo Município a título de participação ao investimento em imobilizado corpóreo, só deverão ser reconhecidos como proveitos, à medida que forem contabilizadas as depreciações (amortizações) do imobilizado a que dizem respeito. Até lá, estes valores têm que estar refletidos na rubrica de acréscimos e diferimentos.

Importa referir que, os 36.857.726,42€ que figuram no lado do Passivo no Balanço não correspondem a dívida do Município, sendo que 98% daquele valor corresponde ao já explicitado diferimento de proveitos (participações ao investimento), e os restantes 2% referem-se à previsão de custos respeitantes a 2016 que, à data de 31-12-2014, não se encontravam registados na contabilidade, por exemplo, por falta de documento contabilístico. É o caso da faturação de resíduos sólidos e urbanos, relativa a dezembro de 2015, ou ainda, dos encargos com subsídio e mês de férias de 2015 a pagar em 2016, movimentos de regularização contabilística efetuados, tendo em vista o cumprimento do Princípio da Especialização. Nestes termos, é possível afirmar que o Município apresenta uma imagem real e fidedigna da sua situação económica e financeira.

Concluindo, de 2014 para 2015, registou-se uma diminuição do Passivo financeiro municipal em cerca de 4.169.317,33€, explicado pelo impacto da diminuição da dívida e da diminuição nos acréscimos e diferimentos. Um crescimento dos Fundos Próprios de 436.178,06€ e uma diminuição do valor líquido do Ativo em 3.733.139,27€.

## **Demonstração de Resultados**

A Demonstração de Resultados permite uma análise dos fatores que influenciaram o Resultado Líquido do Exercício obtido.

Resumo da Demonstração de Resultados		2015	2014
Resultados Operacionais	(A)	-627.034,37	2.635.790,83
Resultados Financeiros	(B)	819.181,01	154.025,84
Resultados Correntes	(A)+(B)	192.146,64	2.789.816,67
Resultados Extraordinários	(C)	2.174.186,68	1.035.143,06
Resultado Líquido do Exercício	(A)+(B)+(C)	2.366.333,32	3.824.959,73

Os Proveitos Operacionais deixaram de ultrapassar os custos da mesma natureza, traduzindo-se em Resultados Operacionais de - 627.034,37€. A diminuição face a 2014 resulta, nomeadamente, da diminuição das transferências e subsídios obtidos, que é reflexo essencialmente da alteração de contabilização dos proveitos inerentes aos contratos de concessão com a EDP e com as empresas gestoras dos parques eólicos.

Os Resultados Extraordinários aumentaram em 2015 face a 2014, essencialmente fruto das correções efetuadas referentes a anos anteriores.

O Resultado Líquido do Exercício foi de 2.366.333,32€, valor que reflete a capacidade do Município em gerar proveitos, para fazer face aos seus custos e criar margem para continuar a consolidar o Investimento.

## Fluxos de Caixa

O mapa resumo dos Fluxos de Caixa apresenta os recebimentos e os pagamentos, tanto resultantes de operações orçamentais, como de operações de tesouraria, evidenciando também os saldos da gerência anterior e para a gerência seguinte (2.049.869,22€), encontrando-se dividido segundo a sua origem, 1.449.232,26 € resultante da execução orçamental e 600.363,96€ de operações de tesouraria.

*Handwritten signatures and initials in blue ink at the top of the page.*

*Handwritten signature in black ink on the left side of the table.*

Fluxos de Caixa		2015
<b>Recebimentos</b>		
Saldo da Gerência Anterior		2.494.391,53
Execução Orçamental	1.969.858,41	
Operações de Tesouraria	524.533,12	
<b>Total das Receitas Orçamentais</b>		<b>20.396.088,69</b>
Receitas Correntes		17.851.755,95
Receitas Capital		2.483.200,83
Receitas Outras		61.131,91
<b>Operações de Tesouraria</b>		<b>1.173.495,56</b>
<b>Pagamentos</b>		
<b>Total das Despesas Orçamentais</b>		<b>7.721.669,67</b>
Despesas Correntes		18.127,63
Despesas Capital		7.703.542,04
<b>Operações de Tesouraria</b>		<b>1.097.391,72</b>
<b>Saldo para a Gerência Seguinte</b>		<b>2.049.869,22</b>
Execução Orçamental	1.449.232,26	
Operações de Tesouraria	600.636,96	

Os valores de operações de tesouraria referem-se a retenções que o Município faz aos próprios funcionários e aos eleitos locais em regime de permanência, relativas a: C.G.A., I.R.S., I.G.F.S.S., Sindicatos, etc., sendo estes montantes entregues no mês seguinte às respetivas entidades de acordo com os prazos legais estipulados. Estão, ainda, incluídos em Operações de Tesouraria os valores retidos em dinheiro pelo Município referentes a cauções e garantias relativos a fornecimentos e empreitadas.

Sobre o saldo para a gerência seguinte, no valor de 2.049.869,22€, correspondente ao valor contabilístico em Disponibilidades, Depósitos em instituições financeiras e Caixa, conforme Balanço, a 31-12-2015, importa deixar a seguinte nota:

**NOTA 1)** O furto ocorrido na tesouraria deste município em 11/02/2013, originou um alcance no montante de 892,25 euros, relativamente ao saldo de caixa, o qual não está refletido, por se encontrar em fase de inquérito.

Carwo ~~Fora~~  
all ~~Fora~~ ~~Fora~~ ~~Fora~~

Diferença Verificada no Saldo de Caixa em 11/02/2013 ..... 892,25€

Diferença Total Verificada no Saldo de Caixa em 31/12/2015..... 892,25€

## LIMITES LEGAIS PARA O ANO DE 2015

### Endividamento

#### Limites da dívida total da autarquia para o ano de 2015 (Lei do regime financeiro das autarquias locais)

Com a entrada em vigor da Lei nº73/2013, de 3 de setembro, consagra-se o conceito de Limite da dívida total, estabelecido no artº 52º da citada Lei, abaixo transcrito:

##### **Artigo 52.º**

##### **Limite da dívida total**

1 - A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

2 - A dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

3 - Sempre que um município:

a) Não cumpra o limite previsto no n.º 1, deve reduzir, no exercício subsequente, pelo menos 10 % do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido, sem prejuízo do previsto na secção iii;

b) Cumpra o limite previsto no n.º 1, só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20 % da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

4 - Para efeito de responsabilidade financeira, o incumprimento da obrigação prevista no número anterior é equiparado à ultrapassagem do limite previsto no n.º 1, nos termos e para os efeitos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto.

Destaca-se da análise do cumprimento dos Limites da dívida total da autarquia para o ano de 2015, que os ativos quer do Município, quer das entidades participadas, deixaram de entrar no cálculo. Bem como, que o perímetro de entidades a concorrerem para a dívida, previstas no artigo 54.º, passou a ser muito mais alargado.

E ainda que, da margem disponível para aumento da dívida, o Município só poderá utilizar 20%.

#### Verificação do cumprimento dos Limites da dívida total da autarquia para o ano de 2015

*Antonio Teixeira*  
*Albino*  
*[Signature]*  
*[Signature]*

### B. Receita corrente cobrada líquida

Receita Corrente Líquida 2012	Receita Corrente Líquida 2013	Receita Corrente Líquida 2014	Total	Média da receita corrente líquida
(1)	(2)	(3)	(4) = (1)+(2)+(3)	(5)=(4)/(3)
13.835.129	15.894.517	16.853.824	46.583.470	15.527.823

### C. Limites da dívida total da autarquia para o ano corrente (Lei do regime financeiro das autarquias locais):

Limite dívida total 2015 (1,5\* média da receita corrente cobrada líquida dos últimos três anos) (artº 52º Lei nº73/2013)

Limite da dívida total

23.291.735,12

### D. Dívida total da autarquia

(em euros)

Limite	Dívida Total						
	Total da dívida a terceiros	Contribuição SM / AM / SEL / Ent.P art	Dívida Total	Dívida Total Excluindo Não Orçamentais e FAM	Montante em Excesso	Margem Absoluta	Margem Utilizável
(1)	(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)=(5)-(1), se (5)>(1)	(7)=(1)-(5), se (5)<(1)	(8)=(7)*20%
23.291.735	01/01/2015						
	6.366.983	1082.575	7.449.559	5.616.658		17.675.077	3.535.015
	31/12/2015						
	4.169.699	1048.687	5.218.386	3.454.121		19.837.614	3.967.523
Variação da Dívida %							-38,50%
Variação do Excesso da Dívida %							
Margem Disponível por Utilizar							5.697.553

Fonte: DGAL – Ficha do Município – 4º Trimestre

Da análise dos quadros acima, pode concluir-se que o Município em 01/01/2015 tinha uma margem utilizável para dívida total de 3.535.015€, que não só não utilizou, como ainda reduziu a dívida total a terceiros em 2.197.284€ face a 31/12/2014.

Em 31/12/2015 o Município, ainda, tinha uma margem utilizável para dívida total de 3.967.523€

Mais, pode verificar-se que o Município incorporou na sua dívida total 1.048.687€.

Deve também ser referido que a dívida referente ao FAM, não concorre para a dívida total.

### Pagamentos em atraso

Nos termos do n.º 1 do artigo 98º da Lei do Orçamento de Estado para 2015, os municípios estavam obrigados a reduzir, até ao final de 2015, no mínimo 10% dos

pagamentos em atraso com mais de 90 dias registados no SIIAL em setembro de 2014.

A este nível, o Município de Tondela, considerando que em setembro de 2014 apresentava um *stock* de pagamentos em atraso registado no SIIAL de 32.849,28€, estava obrigado a reduzir aquele *stock*, no mínimo para o valor de 29.564,35€, no final de 2015.

Assim, através do quadro seguinte, verifica-se que o objetivo fixado foi alcançado e superado.

Stock dos pagamentos em atraso registados no SIIAL a 30/09/2014	Objetivo de redução dos pagamentos em atraso	Objetivo final de redução dos pagamentos em atraso	Stock dos pagamentos em atraso registados no SIIAL
	30-dez-2015	30-dez-2015	30-dez-2015
(1)	(2)=(1)*10%	(3)=(1)-(2)	(4)
32.849,28	3.284,93	29.564,35	14.771,99

### Compromissos futuros

Nos termos do previsto na Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, aprovado pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, cumpre ao Município informar o montante dos compromissos plurianuais existentes a 31 de dezembro de 2015.

Assim, encontram-se devidamente registados na base de dados do Município, pelos montantes globais, em cada ano, os compromissos plurianuais que se evidenciam no quadro seguinte.

Mapa auxiliar para declaração de Compromissos Plurianuais à data de 31-12-2015	
Ano	Montante
2016	4.794.982,15
2017	2.636.982,80
2018	1.538.270,92
Seguintes	15.579.988,49

*Am.*

## **Aplicação da variação da receita de IMI na redução do endividamento**

A Lei do Orçamento de Estado para 2015 veio, no seu artigo 98º, n.º 4, alínea c) e sem prejuízo das obrigações de redução dos pagamentos em atraso já analisadas no ponto anterior deste relatório, determinar que o montante da variação de receita do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), resultante do processo de avaliação geral dos prédios urbanos, pudesse ser utilizado na redução do endividamento de médio e longo prazo do município.

De acordo com a informação prestada pela AT – Autoridade Tributária e Aduaneira, o Município de Tondela, obteve uma variação positiva da receita de IMI, resultante do processo de avaliação geral dos prédios urbanos, no valor de **98.002,60€**.

Nestes termos, importa aferir do cumprimento da referida obrigação por parte do Município de Tondela, facto que fica demonstrado através do quadro que se apresenta a seguir.

Dívida empréstimos MLP 31/12/2014	€	2.798.679,09
Dívida empréstimos MLP 31/12/2015	€	1.865.477,86
Redução da Dívida em empréstimos MLP 2015	€	933.201,23

Concluindo, o Município de Tondela ultrapassou o objetivo de redução legalmente fixado.

Carneiro  
Alfari  
[Handwritten signatures]

---

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste relato procurou cumprir-se a função de explicitar, o mais claro possível, o que foi o desempenho das atividades do Município no decurso do ano de 2015.

Orientou-se este relato com preocupações de verdade e transparência.

No cumprimento da alínea i) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, **submetem-se à aprovação da Câmara Municipal** os documentos de prestação de contas do exercício de 2015, constituídos por:

- Relatório de Gestão;
- Execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI);
- Execução das Actividades Mais Relevantes (AMR);
- Fluxos de Caixa;
- Execução Orçamental da Receita;
- Execução Orçamental da Despesa;
- Balanço;
- Demonstração de Resultados;
- Outros Documentos.

para que, possam ser **submetidos à votação e apreciação da Assembleia Municipal**, nos termos da alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º da já citada Lei.

Carvalho  
@ll

*[Handwritten signature]*  
TESTE

## PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

*[Handwritten signature]*

Nos termos do ponto 2.7.3 do POCAL, o Resultado Líquido do Exercício (RLE) positivo pode ser repartido em Reforço do Património e/ou Constituição ou reforço de Reservas, sendo que nos termos do ponto 2.7.3.5 deve constituir-se o reforço anual da conta 571 – Reservas Legais, no valor mínimo de 5% do RLE.

Nestes termos, propõe-se que o resultado líquido de **2.366.333,32€** apurado no exercício de 2015, seja aplicado da seguinte forma:

**Reservas Legais:** 118.316,67€ (5%);

**Resultados Transitados:** 2.248.016,65€ (95%).

Tondela, 22 de abril de 2015

